

FAMÍLIAS DESESTRUTURADAS?

AS TROCAS SIMBÓLICAS NA FAMÍLIA E O PAPEL CENTRAL DAS EMOÇÕES, CRENÇAS E VALORES PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E AOS PRECONCEITOS NA ESCOLA

Sergio Fernandes Senna Pires
Consultor Legislativo da Área XVII
Segurança Pública e Defesa Nacional

ESTUDO TÉCNICO
junho de 2023



© 2023 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal do(a) consultor(a).

RESUMO EXECUTIVO

A família desempenha um **papel essencial** em nossa vida, proporcionando um ambiente de aprendizado e desenvolvimento humano. Através das trocas simbólicas na família se estabelecem laços afetivos, compartilham significados e constroem sua identidade individual e coletiva. No entanto, a dinâmica familiar pode ser afetada por desafios contemporâneos. A **aceleração social**, caracterizada pelo ritmo acelerado da vida moderna e a pressão para acompanhar as demandas externas, pode afetar a qualidade do tempo dedicado à família. Mesmo nesse contexto adverso, a família segue desempenhando o seu papel de promover a internalização de crenças e valores e de **estabelecimento de vínculos afetivos poderosos. Não obstante as boas intenções nesse processo, ela pode tanto hospedar a disseminação de preconceitos, quanto promover o seu enfrentamento.** Por um lado, a transmissão de valores, crenças e estereótipos familiares pode perpetuar preconceitos e discriminações. Por outro lado, a família pode ser um espaço de diálogo aberto, aprendizado e construção de valores baseados na igualdade, no respeito à diversidade e na empatia. Fruto da aceleração social, a **falta de tempo** pode levar ao distanciamento emocional entre os membros familiares e contribuir para o surgimento de situações de **violência**, como negligência ou violência doméstica. Além disso, a interação com **sistemas cibernéticos digitais** pode alterar a forma como nos comunicamos e nos relacionamos uns com os outros, levando ao isolamento emocional, diminuindo a interação face a face e **prejudicando a qualidade dos vínculos familiares.** Concluímos que a família enfrenta desafios no contexto da aceleração social e da **manipulação cibernética digital.** No entanto, é possível superar esses desafios fortalecendo a comunicação e o diálogo na família, estabelecendo limites saudáveis no uso de tecnologias e promovendo o respeito à diversidade, igualdade e a renúncia.

Palavras-chave: Família e violência na escola; Enfrentamento à violência na escola; crenças e valores na família; trocas simbólicas na família

SOBRE O AUTOR

Sergio Fernandes Senna Pires é Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados desde 2003. Doutorou-se em Psicologia pela Universidade de Brasília, onde foi pesquisador colaborador. Realiza estudos e pesquisas sobre desenvolvimento moral; protagonismo infantojuvenil; promoção da paz; e da regulação do comportamento humano por crenças, pelos valores e pelas emoções. Psicólogo, possui também graduação, mestrado e pós-graduações na área de Defesa Nacional e diversas pós-graduações em Psicologia e Educação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1997027402860999>

sergio.senna@camara.leg.br

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	3
SOBRE O AUTOR	3
SUMÁRIO	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. O QUE É FAMÍLIA E COMO APRENDEMOS NESSE AMBIENTE?	7
3. COMO OCORREM AS TROCAS SIMBÓLICAS NA FAMÍLIA?	10
4. O QUE DIZER SOBRE A EXPRESSÃO “FAMÍLIA DESESTRUTURADA”?	12
5. O QUE É ACELERAÇÃO SOCIAL E COMO ELA OCORRE?	18
6. COMO A FALTA DE TEMPO, PARA A FAMÍLIA, PODE ESTAR ASSOCIADA À VIOLÊNCIA?	21
7. OS IMPACTOS EMOCIONAIS DA INTERAÇÃO COM SISTEMAS CIBERNÉTICOS DIGITAIS	23
8. COMO AS FAMÍLIAS PODEM ESTAR RELACIONADAS À DISSEMINAÇÃO DE PRECONCEITOS OU AO SEU ENFRENTAMENTO?	26
9. DESAFIOS PARA A FAMÍLIA DIANTE DA ACELERAÇÃO SOCIAL E DA MANIPULAÇÃO CIBERNÉTICA DIGITAL	27
10. O PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO DE CRENÇAS E VALORES É REVERSÍVEL?	30
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
12. REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo vamos tratar da família, da escola e de suas relações com a violência e o seu enfrentamento sob o ponto de vista das trocas simbólicas que ocorrem nesses ambientes e que orientam as nossas decisões e, em última análise, os nossos comportamentos. O objetivo principal é apresentar elementos que possam cooperar para a **compreensão** sobre como a **violência** e os **preconceitos** se estabelecem e transitam entre as escolas e as famílias.

Iniciamos essa caminhada pela explicação sobre nossa compreensão acerca da violência. Existem diversas definições para esse fenômeno. Uma boa parte delas segue a **lógica da adjetivação**. Justapõem-se adjetivos tais como: familiar, psicológica, simbólica, econômica, sexual, entre outras, alongando tal lista ao limite dos adjetivos disponíveis em determinado idioma.

Essa abordagem tem se mostrado bastante **produtiva** no campo das **ciências jurídicas**, devido ao fato de que auxilia na definição dos tipos penais, tão necessários ao regramento legislativo do Direito Penal. Mostra-se muito produtiva, também, no campo da atenção clínica, na qual se necessita especificidade para a elaboração de estratégias terapêuticas para lidar com os danos causados às vítimas.

Entretanto, no que diz respeito ao enfrentamento à violência como fenômeno, essa forma de compreensão do fenômeno não tem se mostrado muito produtiva. Tal afirmação se sustenta a partir da observação da complexidade que a elaboração de dezenas de estratégias necessárias para atender a cada tipo específico de violência.

A partir de nossa observação durante nossas pesquisas (PIRES, 2007, 2023; PIRES e BRANCO, 2007, 2008, 2012, 2023a, 2023b), concluímos que um olhar sobre o que todos os tipos de violência têm em comum seria mais produtivo, permitindo a elaboração de estratégias mais simplificadas e gerais o suficiente para dar **escala** a uma **metodologia de enfrentamento** que poderia ter uma parte **padronizada**, deixando-se espaço suficiente para a

personalização, segundo as peculiaridades dos sujeitos e ambientes onde fossem empregadas.

Tal **elemento comum** é o processo **decisório humano**. Salvo raros e bem conhecidos casos, o emprego de meios violentos é **resultado da decisão de agir dessa forma**. Então, para alterar esse cenário, devemos investir no estudo do processo decisório, nas **crenças, valores e emoções que o orientam**. Devemos, também, elaborar estratégias de enfrentamento que superem os desafios de **desenvolver autonomia, distanciamento e agência** (PIRES e BRANCO, 2008, 2023a) para que os sujeitos desenvolvam a suas capacidades de avaliar seus próprios comportamentos e, então, decidam resolver as tensões do convívio humano de forma pacífica.

Mas o que são crenças e valores? São elementos afetivo-simbólicos que orientam o nosso processo decisório (BRANCO, 2016, 2018; PIRES e BRANCO, 2023a, 2023b). Estão fortemente entrelaçados na dimensão afetiva, o que os distingue dos demais elementos linguístico-simbólicos operados pelos seres humanos a partir de nossas linguagens. A diferença entre as crenças e valores é que esses últimos estão mais profundamente entranhados nas emoções, o que os faz bastante resistente à mudança e os coloca na posição central para orientar as nossas decisões. O papel das emoções, nesse contexto, é servir como elemento que altera a valência na interação e na comparação entre as diversas crenças e valores que competem entre si antes da decisão humana.

Outro aspecto importante reside no fato de que tanto as crenças quanto os valores não precisam, necessariamente, possuírem apoio na realidade para realizarem o processo de orientação do processo decisório. Isso serve de explicação para a internalização das crenças e valores mais bizarros, que estão na raiz dos comportamentos preconceituosos.

Nesse contexto, vamos descrever, de forma sumária, como esses processos de trocas simbólicas ocorrem na família e na escola. Apresentaremos a argumentação de que a mesma dinâmica de estabelecimento da violência e dos preconceitos pode ser usada para **desconstruir** tais

realidades. Mostraremos que a violência e os preconceitos são **processos reversíveis**. Para tanto, apresentaremos o que existe de mais recente no campo da pesquisa científica em Psicologia acerca da compreensão sobre como as **crenças, valores e emoções** podem dar sustentação tanto à promoção de comportamentos violentos, quanto ao seu enfrentamento nos ambientes escolares e familiares.

2. O QUE É FAMÍLIA E COMO APRENDEMOS NESSE AMBIENTE?

O termo família vem sendo definido de diversas formas ao longo do tempo (e.g. MIOTO, 2020; MIRIM, 2019; DA SILVA, REBELATTO e GOUVEIA, 2019). Em nossa argumentação vamos adotar o ponto de vista de Wieczorkiewicz e Baade (2020) que, articulando algumas definições de família e aspectos de suas funcionalidades, sugerem que a família é um grupo de pessoas que se relacionam afetivamente, compartilham espaços e têm responsabilidades mútuas de cuidado, apoio e proteção.

Uma boa parte das definições de outros autores (e.g. DE OLIVEIRA JÚNIOR; FERREIRA; SILVA, 2022; SARAIVA-JUNGES; WAGNER, 2016.) se orienta nessa mesma direção, diferindo apenas no nível de detalhamento acerca dos tipos de compromisso, aspectos geracionais ou de sua configuração, por exemplo. Qual é, então, um elemento central que encontramos nessa definição? É a dimensão emocional que vem sublinhada nos termos: “afetivamente”, “cuidado”, “apoio” e “proteção”.

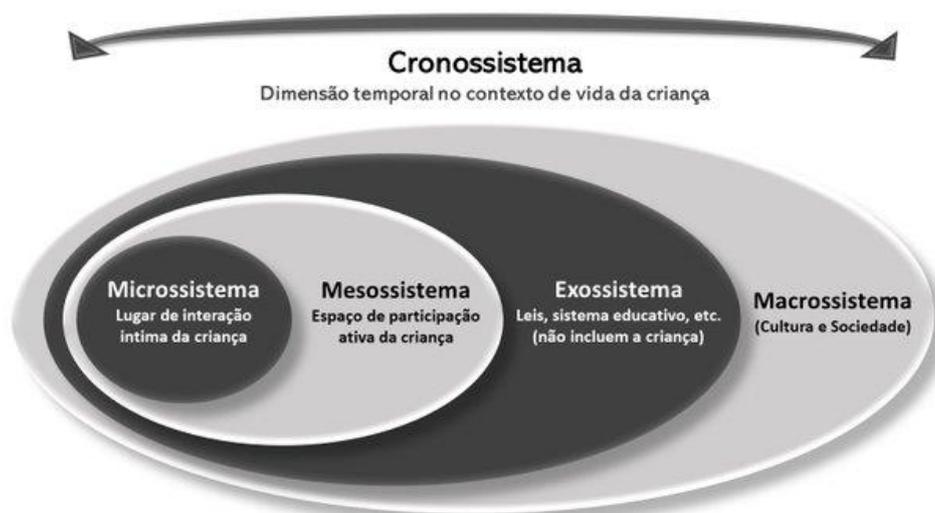
Esses laços afetivos fazem a **aprendizagem** na família algo **muito poderoso**. Quando nascemos, já existe um conjunto simbólico de significados no qual somos mergulhados e que servirá de fonte para o nosso conjunto pessoal e personalizado dos mesmos elementos. Aprendemos pelo menos um idioma que fornecerá um conjunto de operadores pelos quais o pensamento verbal se torna possível. Com o passar do tempo, pensamento e linguagem se entrelaçam e pensar significa pensar em uma ou mais linguagens (VALSINER, 2014, 2021; VALSINER; VAN DER VEER, 2000; VIGOTSKI,

1934/2001). Esse tema foi inicialmente aprofundado na Antropologia (e.g. BOAS, 1940; KOEBER, 1932; GEERTZ, 1978) e rapidamente adotado por outras ciências.

Na Psicologia, resultou em diversas teorias que abordaram, de forma sistêmica, como esse conjunto simbólico permite a ocorrência dos processos de transmissão simbólica entre os seres humanos, por meio de internalizações e externalizações (BRONFENBRENNER, 1986, 1992; VALSINER, 2012, 2014, 2018) e como se dão em nível social e pessoal (PIRES; BRANCO, 2023a).

Recentemente, essa abordagem sistêmica foi nomeada de “ecossistemas culturais” (XU, WU, LI, 2021). Sob essa ótica, nenhum sujeito ou grupo pode ser compreendido de forma apartada dos seus sistemas. Existem, portanto, níveis de análise acerca das interações que mantemos dentro dos ecossistemas culturais dos quais participamos.

Para exemplificar, mencionamos uma das teorias mais produtivas que foi proposta por Bronfenbrenner (1986, 1992) nas décadas de 80 e 90 e organiza o ecossistema cultural, conforme a figura abaixo, proposta por Moreno e colaboradores (2020, p.690) e aplicada ao contexto das pessoas com deficiência:



Como podemos ver, a família, segundo esse olhar, está inserida no **microsistema ecológico** de cada sujeito, juntamente com a escola e outros

grupos importantes para determinada pessoa. Tal proximidade nos indica a relevância dos laços afetivos desses grupos nas trocas simbólicas que ali ocorrem. Mais adiante, quando tratarmos da internalização das crenças e valores, esse aspecto será retomado para o seu detalhamento.

A família é, de forma geral, o contexto nos quais as trocas simbólicas se revestem das **emoções mais significativas** durante os primeiros anos da existência de um ser humano. Pelo menos deveria ser. Nesse contexto, é necessário alertar que, nos ecossistemas culturais, **não existe** nada totalmente **garantido**, sempre **estável** e **regular**. As famílias brasileiras são muito diferentes entre si. Tanto as pesquisas científicas (e.g. LOBO; CARDOSO, 2021; MIOTO, 2020; MIRIM, 2019), quanto a nossa experiência pessoal apontam na mesma direção. Quem nunca visitou uma família e percebeu diferenças culturais e comportamentais significativas em relação a sua?

Destacar esse aspecto é importante para a compreensão de que, em um mesmo país temos diversas configurações de grupos sociais que operam trocas simbólicas de naturezas diversas e que tanto podem ser difusores de crenças e valores prossociais, quanto desse mesmo conjunto simbólico na direção oposta. É relevante, também, enfatizar que esse processo de trocas simbólicas, não necessariamente ocorre de forma sistemática, necessitando do desenvolvimento da **agência**, do **distanciamento** e da **autonomia** para que cada sujeito obtenha visibilidade e consciência sobre o conjunto simbólico que está internalizando. Vamos refletir, considerando o exemplo hipotético a seguir.

Um adolescente de nome Francisco frequenta uma escola na qual se prepara os alunos para o vestibular. O professor de matemática tem como prática orientar a turma no sentido de alertá-los de que o colega ao lado é seu concorrente. Esse profissional, na sala dos professores, revela aos seus colegas que o faz para estimular a competição e, segundo a sua ótica, motivar os alunos a estudarem ainda mais. Francisco, ao escutar essa orientação discorda, pois se sente desconfortável em perceber os seus amigos como meros concorrentes. Comenta, entre eles, que não consegue vê-los nesse papel de adversários e que podem contar com a sua ajuda para qualquer dúvida que

tenham na matéria, pois tem muita facilidade com o conteúdo ministrado por aquele professor.

Façamos uma breve análise da vinheta. Ao argumentar sobre a concorrência em relação ao vestibular, o professor acredita estar colaborando para a motivação dos alunos, por meio da promoção da concorrência. Independentemente de sua boa intenção, os processos de interpretação e de internalização das orientações recebidas serão muito distintos em cada aluno.

Isso ocorre devido à diversidade de crenças e valores já internalizados por cada um deles, em suas trajetórias de vida, até o presente. Francisco, orientado por seus valores de colaboração e de lealdade para com os amigos, resiste à sugestão de interpretá-los como adversários. Isso é por ele comunicado quando menciona que “sente-se mal com ideia”. Isso destaca a **dimensão emocional** que, no caso, cria uma **oposição** entre a **amizade, lealdade, cooperação** e a disposição de ajudar os seus amigos e passar a **considerá-los concorrentes** e começar a reter informação. Essa tensão foi resolvida, no processo decisório de Francisco, ao decidir resistir à orientação do professor em trata os seus amigos como concorrentes. Então, a despeito da orientação recebida, Francisco seguirá sendo fiel e ajudando os seus amigos.

A seguir vamos apresentar os processos de internalização e externalização das crenças, valores e emoções, momento em que novos elementos podem ser acrescentados ao presente exemplo.

3. COMO OCORREM AS TROCAS SIMBÓLICAS NA FAMÍLIA?

Vamos detalhar os processos que iniciamos a descrever no tópico anterior. Trataremos sobre como as crenças, os valores e as emoções estão relacionados e como são internalizados e externalizados. Nosso propósito é explicitar como as emoções são eliciadas na família e como esse conjunto simbólico-afetivo orienta os nossos comportamentos.

Como brevemente explicamos na introdução, as nossas crenças e valores são elementos simbólicos que servem como critérios que, uma vez

entrelaçados com as nossas emoções, governam e orientam o processo decisório humano. A diferença entre as crenças e os valores é que estes estão profundamente entranhados na dimensão afetiva, o que os torna bastante resistentes à mudança (PIRES; BRANCO, 2023a, 2023b).

Aspecto importante é que, tanto as crenças quanto os valores, por estarem apoiados no processo emocional, não precisam ter, necessariamente, qualquer relação com a realidade ou com a verdade. Esse processo pode dar origem às mais bizarras crenças como, por exemplo, a de supremacia de um grupo cultural sobre outro, ou da inferioridade de um grupo de indivíduos por critérios raciais.

Para a formação de crenças e valores e para que elas passem a orientar as decisões e comportamentos humanos não são necessários quaisquer tipos de evidências. Entretanto, esse conjunto simbólico também pode ser internalizado a partir de evidências, o que nos serve de exemplo sobre a diversidade de fontes que podem sustentar o desenvolvimento moral humano (PIRES, 2007).

A internalização do conteúdo simbólico é o processo pelo qual cada sujeito constrói uma versão do que lhe apresentado e sugerido nos grupos culturais pelos quais transita. Devido ao **forte laço afetivo** que existe entre os membros de uma família, as crenças e valores familiares têm maior probabilidade de restarem mais **profundamente entrelaçados** com as experiências emocionais mais significativas para cada um de nós. Nisso reside o papel fundamental da família na centralidade das emoções nos processos de internalização e na formação de um conjunto especial de critérios a serem utilizados para guiar nossas decisões.

Como dissemos anteriormente, o processo de internalização **não é uma cópia** do conteúdo simbólico social para o âmbito intrapsicológico. O que ocorre é a construção de **versões pessoais** ao interagir com outros conteúdos já internalizados, nossa percepção, nossas emoções e as operações que nosso pensamento são capazes de realizar nesse conteúdo (VALSINER, 2012, 2021).

Esse processo é tão **poderoso** e diversificado que pode dar origem a um conjunto de crenças e valores **totalmente distinto** do que está sendo promovido. Isso serve de explicação para o fenômeno, observado em famílias, de que pessoas submetidas aos mesmos ambientes, crenças e valores podem ser completamente diferentes e orientarem-se por valores distintos e até mesmo contrários aos manifestos pela família.

Então, existe certa liberdade na construção desse conteúdo simbólico que orienta no nosso processo decisório e, em última análise, os nossos comportamentos. O mais importante é que esse processo nos mostra que **não há uma determinação do social sobre o indivíduo**, que preserva sua autonomia para agir de acordo com suas próprias crenças e valores, obviamente tendo que **renunciar** a muitas coisas oferecidas pelo social. Essa sólida formulação teórica nos mostra que, mesmo em ambientes adversos, o indivíduo pode preservar a sua moralidade prossocial ou em um ambiente democrático e acolhedor, decidir por adotar uma orientação disruptiva.

4. O QUE DIZER SOBRE A EXPRESSÃO “FAMÍLIA DESESTRUTURADA”?

Dentro do enquadramento teórico que orienta a nossa argumentação, a análise do termo "família desestruturada" indica que ele é bastante polêmico e controverso, pois pode carregar consigo estigmas e preconceitos em relação a formas de organização familiar que fogem ao padrão tradicional de família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, conforme argumentam Gonçalves e Eggert (2019).

As autoras explicam que, de forma geral, a expressão "família desestruturada" é utilizada para se referir a famílias que apresentam problemas e dificuldades na convivência e na relação entre seus membros, tais como: violência doméstica, abuso de substâncias psicoativas, abandono de crianças, conflitos conjugais, entre outras situações que geram desequilíbrio e instabilidade emocional no ambiente familiar.

No entanto, é importante ressaltar que essa expressão não é a mais adequada para se referir a essas famílias, pois pode carregar um julgamento moral e uma visão estereotipada de que as famílias que não se enquadram no modelo tradicional são problemáticas e inferiores. Cada família possui sua própria dinâmica e enfrenta seus próprios desafios, e é preciso evitar generalizações e estigmas que possam levar a preconceitos e discriminações.

Muitas famílias residem em condições precárias e em territórios extremamente desorganizados, não raras vezes controlados por perversas organizações criminosas. Muitos pais têm que sair muito cedo para trabalhar e, depois de longas horas de atividades, enfrentam deslocamentos em transportes coletivos lotados e em precárias condições. Motivados pela necessidade de prover o sustento para suas famílias, deixam os seus lares antes mesmo das crianças acordarem e quando chegam, tarde da noite, não raras vezes, elas já estão dormindo.

Nesses contextos, nos parece injusto e até cruel atribuir a “famílias desestruturadas” a responsabilidade pelo comportamento agressivo de seus membros. Tal agressividade pode advir até mesmo das elaborações simbólicas sobre o abandono social e a inacessibilidade às mais básicas políticas públicas ou a elementos de sobrevivência como água tratada, coleta de esgoto ou acesso à saúde. Então, assim como o comportamento, em geral, é multideterminado, a violência e a agressividade também o são, pois são comportamentos e não é possível atribuir uma única causa ou razão para a sua ocorrência.

Além disso, mais de 50% das famílias brasileiras são lideradas apenas por mulheres, pelo que a expressão “famílias desestruturadas” seria uma referência, deselegante, ofensiva e até perversa em relação às essas brasileiras que, não raras vezes, trabalham sozinhas, sem a ajuda dos pais de suas crianças, para o sustento e para a devida educação de sua prole.

Tal estudo está inserido no contexto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com os dados da PNAD Contínua de

2021, mais de 50% das famílias brasileiras têm mulheres como chefes de família. Essa pesquisa revela uma mudança significativa na estrutura familiar, refletindo a crescente presença e participação das mulheres no mercado de trabalho e no sustento de suas famílias. Muitas mulheres assumem o papel de chefia familiar devido a diversos fatores, como divórcio, separação, viuvez ou mesmo pela escolha de serem mães solteiras.

Essa tendência evidencia a importância das mulheres como provedoras e gestoras das famílias, demonstrando sua capacidade de enfrentar os desafios e assumir múltiplos papéis na sociedade contemporânea. No entanto, é fundamental destacar que essa realidade também pode refletir as desigualdades de gênero presentes na sociedade, que colocam uma carga adicional sobre as mulheres, tanto em termos de responsabilidades quanto de desigualdade salarial (DE OLIVEIRA COSTA, 2013; VISINTIN; AIELLO-VAISENBERG, 2017).

Então, considerando tudo isso, nossa argumentação se direciona a explicitar a centralidade da família, independentemente de sua configuração, como o ambiente do ecossistema cultural que está mais próximo de cada sujeito e em reafirmar que a responsabilidade pela construção simbólica é, em parte social, em parte individual, o que destaca a responsabilidade que cada um de nós tem nesses processos. Somos ativos na construção de um conjunto pessoal de crenças e valores que passará a orientar os processos perceptivos, emocionais e decisórios (PIRES; BRANCO, 2023a, 2023b). Essa construção simbólico-normativa se dá a partir de fontes, e a família, apesar de importante, não é a única. Isso serve de explicação para o caso em que se tem uma “família estruturada”, nos moldes tradicionais, mas a criança ou o adolescente age em desacordo com as suas orientações.

Por isso é tão relevante compreender o processo decisório pela ótica da internalização de crenças e valores, considerando a capacidade de **agência** e a **autonomia** de cada um de nós sobre os nossos comportamentos. Mesmo uma criança ou adolescente cumpre esse ciclo de aprendizagem e dispõem dessas capacidades. O que ocorre de diferente em relação aos adultos, é que a sua quantidade de experiências na trajetória de vida é bem menor, assim

como o conteúdo cognitivo que serve de suporte para as reflexões e, conseqüentemente, contribui de forma diferente para a modificação das versões pessoais do conteúdo simbólico internalizado. O próprio entrelaçamento do conteúdo cognitivo com os processos emocionais também sofre um processo de maturação ao longo do tempo, conforme cada um de nós vai experimentando o poder (des)motivador das emoções, uma de suas funções (BARRET, 2021).

Nesse contexto, existem aspectos que são individuais e outros que são coletivos. No âmbito coletivo, enfocando sobre como uma família se compara com outra, refletimos sobre o conteúdo de outro estudo, realizado por pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina, no qual Cardoso e colaboradoras (2020) analisaram 14 pesquisas anteriores, buscando as representações sociais sobre como as pessoas se posicionam sobre a sua própria família e acerca da família dos outros. Em suas conclusões, destacam que existe um padrão de diferenciação importante, com defesas e atribuições positivas à “minha família” e críticas à “família do outro”.

Essa diferença de posições ocorre, pois utilizamos o referencial próprio para analisar a situação do outro social. Esse tipo de olhar também sofre um viés geracional. Sobre isso, as autoras destacam que, para os idosos, a família representa o cuidar que se ampara nos significados de **proteção e educação**. Por outro lado, para as crianças, assim para outros estudantes, o cuidado está associado às **funções de provimento** tais como moradia, sustento e carinho.

Elas também analisaram uma categoria em que foram englobadas as representações de crítica à família “dos outros”:

Nessa categoria foram evidenciadas a responsabilização e a culpabilização (subcategoria) das famílias pela falta de cuidado e proteção de seus membros. A responsabilização vai ao encontro da culpabilização, afinal, se é responsabilidade da família cuidar dos seus descendentes, o não cuidado também é sua culpa, o que reforça a cobrança perante a família. Os resultados evidenciaram que os profissionais acabam sendo muito críticos em relação à família do outro, **colocando** a mesma num lugar de **determinismo** sobre os indivíduos, diminuindo a capacidade individual e a influência das instituições sociais e do Estado sobre os membros do grupo familiar. As famílias que não exercem tais funções são “desestruturadas” (subcategoria),

como foi evidenciado na pesquisa. Esse passa a ser um conceito pejorativo e associado, dentre outros, à pobreza. (CARDOSO, 2020, p.41, grifo nosso)

Coerente com tudo que expusemos, entendemos que existem diversos outros elementos mais relevantes e mais diretamente relacionados com o aumento da violência no público infantojuvenil do que uma afirmação genérica sobre uma “família desestruturada”. O processo de internalização do conjunto simbólico que orienta as nossas decisões provém de diversas fontes entre as quais está a família. Então, cada um de nós está sujeito a uma grande variedade de orientações para crenças, valores e objetivos, restando muito difícil saber, de forma padronizada, a qual dessas fontes iremos responder prioritariamente.

Encerramos o tópico com um exemplo. Considere uma família hipotética composta por um casal e um filho. Os amigos de Luisa e Rafael os consideram um casal que se ama. Nos vinte anos de relacionamento, a fidelidade conjugal nunca foi um problema para eles, tamanho é o amor que um sente pelo outro. Fruto desse amor nasceu Felipe, um adolescente que segue as orientações dos seus pais. Nunca se testemunhou grandes discussões entre os três, fora aquelas que ocorrem para aparar certas arestas que ocorrem por causa das preferências pessoais diante da necessidade de atender a todos os membros da família. Tampouco se vê expressões de violência entre eles. Luisa, a despeito de ter sua própria trajetória profissional, se orgulha muito das conquistas de seu marido, um empresário de muito sucesso.

Igualmente orgulhoso, Rafael comanda uma das facções criminosas mais bem organizada, lucrativa e perigosa de uma grande cidade brasileira. É procurado pelo homicídio de inúmeros desafetos e concorrentes. Conhecido pelos seus colaboradores como uma pessoa cruel em seus métodos, é igualmente respeitado pelas suas decisões consideradas justas pela grande maioria dos membros da organização criminosa. Quando Felipe completou 14 anos, promoveu uma cerimônia para iniciá-lo nas suas atividades empresariais. O diálogo sobre como Felipe seria um excelente líder na facção sempre esteve presente na relação entre Rafael e Luisa, já que essa perspectiva trazia alegria e orgulho para ambos.

Na escola, Felipe liderava um grupo de adolescentes muito peculiar. Portando armas brancas, gostavam de amedrontar os demais estudantes e professores pelo simples prazer de observar as expressões de pavor que causavam. Cedo, ele aprendeu que bastava mostrar a lâmina da arma que portava, que as pessoas começavam a obedecer às suas sugestões e aos seus comandos. O comportamento violento que apresentava naquele ambiente escolar era muito diferente da relação amorosa e tranquila que mantinha em casa. Passava longas e prazerosas horas em conversas com seu pai sobre como obter ascendência sobre os demais colegas na escola, nas quais recebia orientações detalhadas acerca do efeito do medo e sobre como instilar essa emoção é uma estratégia fundamental para exercer controle sobre as pessoas.

Considerando o conteúdo dessa vinheta, poderíamos perguntar: seria essa uma família estruturada? Estruturada para o que? Apesar de hipotético, o exemplo acima já serviu de enredo para diversas produções artísticas, não sendo absurdo acreditar que ocorra na realidade. Devido à reconfiguração que fazemos em nosso sistema normativo, que se altera de acordo com os ambientes e com as relações interpessoais estabelecidas, é possível que alguém seja violento em um contexto e não violento em outro. É o caso dessa família.

Entretanto, o processo educacional informal familiar orienta Felipe para ser cruel e abusivo em sua escola. Desperta, também, orgulho em Luisa pelas conquistas de Rafael, por causa do sucesso em seus empreendimentos criminosos. Esses aparentes paradoxos morais só existem para um observador externo à família, quando analisa todo o contexto do ecossistema cultural. Internamente, essa família poderia ser considerada muito bem estruturada, se considerados os padrões que estamos questionando em nossa argumentação. Então, **muito mais importante do que uma suposta “estrutura” é o conteúdo e o propósito das trocas simbólicas que ocorrem no ambiente familiar.**

Nesse contexto, defendemos que existem outras questões mais relevantes e gerais do que a suposta “deseestruturação” familiar para influenciar o comportamento de crianças e adolescentes, incluindo a **aceleração social**,

ambientes **ansiogênicos** e a **manipulação cibernética digital**, entre diversas outras, que podem influir decisivamente para as expressões de violência, o que passaremos a apresentar a partir de agora.

5. O QUE É ACELERAÇÃO SOCIAL E COMO ELA OCORRE?

Um fenômeno muito relevante e que afeta as famílias é a aceleração social. A expressão “aceleração social” refere-se ao ritmo crescente das mudanças sociais e aos efeitos associados que ela tem sobre os indivíduos e as sociedades (ROSA, 2013). Isso vem promovendo um aumento da **ansiedade** em muitas áreas da vida, pois a velocidade da mudança pode ultrapassar a capacidade individual em acompanhar.

Em particular, **rápidas mudanças** na tecnologia, comunicação e informação podem deixar os indivíduos se sentindo esgotados e incertos sobre o futuro. São dois os elementos principais para essa aceleração: (1) a diferença entre a velocidade da informação digital e a velocidade dos processos naturais humanos; (2) a ganância corporativa no impulsionamento dos conteúdos como estratégia de monetização, por meio da utilização de sistemas cibernéticos digitais.

Esse último aspecto se reveste de uma importância especial, pois é notada uma presença cada vez mais intensa dos **sistemas cibernéticos digitais** em nossas vidas. Neste trabalho, delimitamos a definição de sistemas cibernéticos ao campo da tecnologia da informação. A partir do que explica Novikov (2015), podemos entender por cibernéticos, os sistemas capazes de receber, armazenar e processar informações de forma a utilizá-las para algum tipo de **feedback** ou para **controle**. Então, as informações que são adquiridas e articuladas por esses sistemas são utilizadas para sofisticar as suas respostas às interações humanas.

Nesse contexto, apresentamos alguns dos principais efeitos psicológicos da aceleração social e da interação com sistemas cibernéticos digitais que podem ter repercussões nocivas na convivência familiar. A pesquisa

científica atual (e.g. BRENNER; BHUGRA, 2020; SUGARMAN; THRIFT, 2020; BERARDI; SILVA, 2019; BUDDEBERG; HORNBERG 2017) aponta para os seguintes efeitos psicológicos a partir desses fenômenos:

O **aumento**: (1) dos níveis de **estresse, ansiedade e depressão**; (2) da necessidade psicológica em se mostrar **competitivo**; (3) de problemas relacionados à **atenção**; (4) do senso de **urgência**; (5) do risco de **esgotamento** (*burnout*); (6) da percepção de **isolamento**; (7) do **medo** de perda.

A **diminuição**: (1) da **empatia**; (9) da capacidade em estabelecer **conexões** sociais não-virtuais; e (10) das habilidades em manter **relacionamentos significativos**.

Como podemos ver, pela rápida análise dos possíveis impactos psicológicos negativos da aceleração social, é um tema que **deve merecer a nossa atenção**. A quantidade de estudos científicos profundos sobre o tema ainda é diminuta, mas a produção de conhecimento está avançando para prover inteligibilidade mais consistente sobre as influências da redução do ciclo de apresentação de conteúdo, nas mídias sociais, para o comportamento humano.

No que diz respeito aos valores, não é necessária uma análise muito profunda para chegarmos à conclusão de que a **ganância** é um dos valores que está na raiz da aceleração social. Um dos principais elementos da aceleração social relacionada às mídias sociais é a **redução**, cada vez mais severa, do ciclo de **apresentação de anúncios**. A principal forma de monetização nas redes sociais é a comercialização desses espaços de publicidade. Então, para lucrar mais, é necessário apresentar mais.

Uma das grandes vitórias das empresas que mantém as redes sociais, foi convencer os anunciantes a pagarem por “exibição”. Então, nesse cenário, não é necessário haver uma interação com o anúncio para que o seu pagamento seja devido pelo anunciante.

Outro grande feito dessas mesmas empresas foi estimular a crença em que todo esse processo é honesto, já que a mesma empresa que vende os espaços, certifica que os anúncios foram visualizados e realiza a

cobrança. É um processo nada transparente. Então, ciclos cada mais curtos de apresentação de anúncios podem aumentar a velocidade da atividade social. Em geral, esses ciclos promovem o aumento da frequência com que determinada informação é apresentada e, com a repetição desse processo, se promove uma percepção de urgência para a realização de ações.

A relevância, para as redes, é estimular o que eles denominam de “um maior nível de engajamento” com o conteúdo. Esse maior envolvimento pode levar a um compartilhamento mais rápido e respostas imediatas ao conteúdo, resultando em uma taxa maior de aceleração social. Um dos indicadores mais importantes desse perverso processo de manipulação nas redes sociais é o fato das empresas não divulgarem a quantidade de anúncios veiculados, muito menos algum indicador de sua eficácia. Ao acrescentarmos a presença, nos sistemas cibernéticos digitais, das inteligências artificiais, a simulação da interação humana na relação pessoa-sistema é alavancada a níveis de complexidade e de similaridade antes nunca atingidos.

A conclusão mais importante a que devemos chegar é que um organismo biológico não tem como competir com sistemas cibernéticos. Eles sempre serão: (1) mais **rápidos**; (2) mais **persistentes**; (3) estarão em qualquer lugar (**ubiquidade** – celulares) e, brevemente, conectados aos nossos corpos.

Essa breve exposição nos mostra alguns aspectos do ecossistema cultural que afetam diretamente o psiquismo humano e também os nossos grupos mais aproximados, entre eles a família. A utilização de dispositivos eletrônicos, que servem de interface para a nossa interação com sistemas cibernéticos digitais, promove os efeitos descritos em cada um de nós. Nesse contexto, nossa interação nos ambientes familiares também padece dos efeitos da aceleração social e da intensa e ubíqua persuasão pela interação com as plataformas que dominam o mundo digital.

O aumento da ansiedade, o isolamento e a crônica falta de tempo para as interações no mundo real são os principais desdobramentos, o que será tratado a seguir.

6. COMO A FALTA DE TEMPO, PARA A FAMÍLIA, PODE ESTAR ASSOCIADA À VIOLÊNCIA?

Como anteriormente argumentamos, a aceleração social e a decorrente falta de tempo para o convívio são elementos que podem afetar negativamente a dinâmica familiar de diversas formas. A aceleração social promove uma alteração da percepção do tempo psicológico devido à modificação dos referenciais naturais que eram utilizados antes que os meios tecnológicos assumissem esse papel. Essa nova percepção do tempo está correlacionada com estados emocionais que afetam a interação interpessoal (PIRES, 2023).

Nesse contexto e em íntima relação com a disponibilização de novas tecnologias que promovem a aceleração no consumo de conteúdo, há desdobramentos que afetam os processos psicológicos cognitivos e, principalmente os emocionais. Isso representa um conjunto novo de desafios para as famílias e outros atores no microssistema ecológico das relações humanas.

Antes que os dispositivos eletromecânicos e eletrônicos fossem inventados, as sociedades regulavam o tempo necessário para o cumprimento das tarefas individuais com base em referenciais naturais. Nesse sentido, há tempos que a pesquisa em Psicologia se dedica a estudar a percepção do tempo, desde o tempo em que eram os sons dos animais e o ciclo de noite e do dia que a regulavam. Atualmente, se sabe que não apenas elementos naturais funcionam como reguladores da percepção temporal. Lemlich (2019), por exemplo, apresenta uma hipótese de que, durante o processo de envelhecimento, a percepção psicológica do tempo o acelera em função da própria alteração corporal ao longo da existência.

Não raras vezes, as pessoas se surpreendem quando aferem a quantidade de tempo que passaram navegando em alguma rede social ou utilizando os diversos aplicativos em seu *smartphone* (RASMUSSEN, 2022). Os sistemas cibernéticos digitais, devido às suas habilidades cada vez mais avançadas e adaptativas, já se tornaram até uma extensão das nossas

capacidades biológicas, como visualizado por Kroeber (1917), no início do Século XX, ou até mesmo de nossas consciências e do nosso *self* (HSU; ELLIOTT, 2015; ROSS; BAYER, 2021), segundo pontos de vista mais radicais. Além disso, esse rápido avanço tem levado a pesquisa científica para um campo denominado pós-digital (HYLAND; LEWIS, 2022.).

Essa profusão e popularização do desenvolvimento tecnológico, juntamente com o aumento da complexidade social, diversificou a quantidade de sistemas cibernéticos digitais à nossa disposição. Essa influência é tão marcante que o Centro de Pesquisa em Educação Digital da Universidade de Edimburgo, por exemplo, está considerando alterar o seu nome comercial para outro que enfatize os estudos pós-digitais, conforme nos indicam Bayne e Jandric (2017).

Para introduzir um contraponto, são inúmeros os **benefícios** pessoais e educacionais advindos do uso de dispositivos eletrônicos e do acesso a sistemas cibernéticos digitais cada vez mais sofisticados. Como descrito por Singh e Shama (2018), a quantidade de informação atualmente disponível é muito mais dinâmica, abundante e distribuída do que há apenas três décadas. A **ubiquidade** da informação acessada por meio de dispositivos móveis é outra característica, com aspectos positivos, que a tecnologia nos proporcionou: a tão desejada mobilidade! É possível conferir fatos e averiguar histórias em qualquer lugar que tenha cobertura da Internet.

Não obstante, desejamos destacar que a popularização do uso das redes sociais e do consumo de informação, incentivada por esses inúmeros aspectos positivos, causa impactos em um dos **sistemas reguladores** mais importantes para o desenvolvimento da capacidade de decidir: as **emoções**. Portanto, é importante estar atento aos reflexos da falta de tempo para o convívio e da aceleração social na dinâmica familiar e buscar formas de equilibrar as demandas externas com as necessidades de convívio e fortalecimento dos laços familiares.

Veremos a seguir como a aceleração pelo uso de dispositivos eletrônicos, das redes sociais e pela interação com diversos sistemas cibernéticos digitais cria um novo cenário emocional para as famílias.

7. OS IMPACTOS EMOCIONAIS DA INTERAÇÃO COM SISTEMAS CIBERNÉTICOS DIGITAIS

No que diz respeito aos sistemas cibernéticos digitais e aos dispositivos móveis, neste trabalho vamos considerar que são apenas os meios pelo qual uma pessoa tem acesso ao conteúdo e a outras formas de interação com os mencionados sistemas. Apesar de outros papéis que esses dispositivos possam desempenhar, nosso propósito é mostrar que a aceleração pela interação com os sistemas se desdobra nos processos psicológicos emocionais e influencia, de múltiplas formas, as atividades familiares e o processo decisório humano.

A demanda de fazer cada vez mais atividades em menos tempo canaliza o consumidor de conteúdo a acelerar os seus processos de interação (SINGH; SHAMA, 2018). A malfadada tentativa de dar conta da gigantesca oferta de conteúdos pode resultar em comportamentos de **aceleração** como, por exemplo, ouvir áudios e assistir vídeos em velocidades aumentadas. Inicialmente, a aceleração era considerada apenas um fenômeno cognitivo. Entretanto, sabe-se que afeta também outros processos psicológicos (ROSA, 2013).

Nesse contexto, Vahedi e Saiphoo (2018) realizaram uma metanálise em 37 estudos sobre os possíveis efeitos **ansiogênicos** do uso de *smartphones*, encontrando uma correlação positiva. Portanto, essa forma de consumir o conteúdo, e de estudar, não tem desdobramentos apenas nos processos cognitivos, mas, principalmente, nos processos **emocionais** e também mostra os seus efeitos na qualidade das interações humanas.

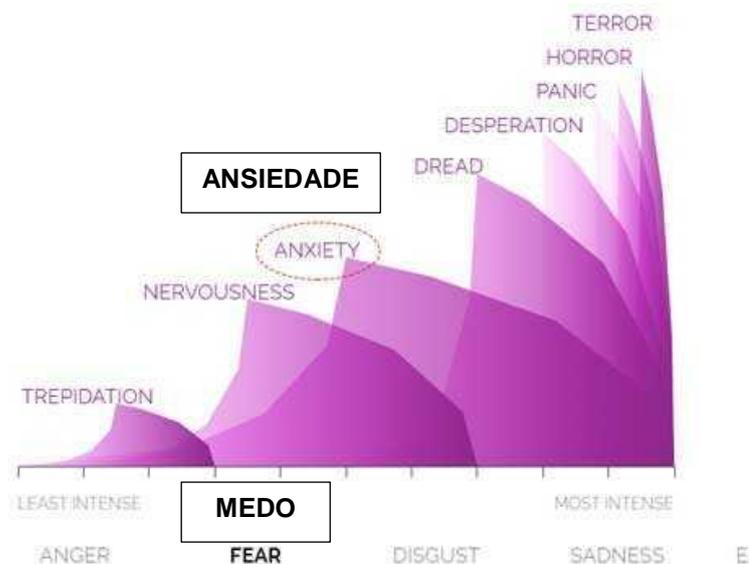
As alterações não são só comportamentais (parte observável dos processos biopsicológicos humanos), mas também ocorrem na produção de significados e sentidos. Estudos recentes indicam as seguintes questões relacionadas à aceleração pela interação com sistemas cibernéticos digitais e seus aparelhos de interface: (1) aumento dos estados de ansiedade (VAHEDI; SAIPHOO, 2018); (2) diminuição da capacidade de atenção (KLIMOVA, 2019); (3) diminuição do interesse e da motivação para temas menos atraentes (LUO;

KAO; LIAO, 2019); (4) preferência pelo conteúdo apresentado como entretenimento (SINGH; SHAMA, 2018), entre outros.

Os desdobramentos da aceleração social são inúmeros e detalhadamente descritos na literatura científica. Para manter a concisão, enfocaremos apenas a ansiedade, que se desdobra de forma muito diversa, negativa e associada ao medo, entre os integrantes de uma família. A relação entre medo e ansiedade pode ser complexa e difícil de entender. São duas emoções distintas, mas compartilham alguns pontos em comum e muitas vezes podem ser vivenciadas juntas.

Paul Ekman (1984, 2018) explica que o medo é uma emoção relacionada à percepção de uma ameaça específica, presente e conhecida; ansiedade é um estado emocional geral de nervosismo ou mal-estar sobre um futuro incerto. O medo é uma emoção frequentemente desencadeada em resposta a um perigo ou ameaça que pode ser vista, ouvida ou sentida. Sua principal função é preparar o sujeito para a ação e, geralmente, dura pouco e finda quando a ameaça percebida desaparece.

Segundo ele, a ansiedade, por outro lado, é um estado psicológico e fisiológico de mal-estar, angústia e pavor que, muitas vezes, resulta de incerteza. Pode ser causada por uma série de fatores, incluindo situações e eventos completamente imaginários e que ainda não ocorreram. É, portanto, uma emoção mais difusa e menos específica do que o medo. Geralmente pode durar dias, semanas e até meses. Na figura abaixo, constante do Atlas das Emoções (EKMAN, 2018), mostra que a ansiedade é classificada na família de emoções compatíveis com o medo.



A relevância de enfocarmos a ansiedade como um dos principais desdobramentos da aceleração social e da manipulação cibernética digital consiste no fato de que, nesse estado, a percepção humana sofre severas alterações.

Em um estudo conduzido por cientistas de referência no tema, Lynn e colaboradores (2018) nos informam que o julgamento perceptivo sofre alterações em diversos transtornos psiquiátricos. Assim, os indivíduos com transtorno de ansiedade tendem a recordar ou interpretar eventos sociais negativamente. Então, em uma sociedade em que os estados de ansiedade são promovidos, é esperado que as decisões das pessoas, em geral, também sejam afetadas por esse viés de negatividade, o que pode promover o **aumento da probabilidade de encontros que terminem em conflitos**.

No Brasil, os estudos sobre os efeitos da ansiedade nas famílias e nas escolas são escassos (e.g. CAIRES; SHIONOHARA, 2010; JATOBÁ; BASTOS, 2007; SANTANA; CERQUEIRA-SANTOS, 2017; SANTOS, 2017), mas nos permitem a elaboração da hipótese segundo a qual, nas famílias cujos membros estão sujeitos a elevados níveis de ansiedade, haverá alterações no processo de trocas simbólicas e, conseqüentemente, as interpretações e as internalizações podem ocorrer de forma enviesada e tendendo a serem mais negativas.

A compreensão sobre como todos esses elementos colaboram para influenciar, negativamente, o nosso processo decisório, indistintamente, para enfrentar ou promover a violência ou os preconceitos na escola, é um grande desafio para nós, o que apresentaremos a seguir.

8. COMO AS FAMÍLIAS PODEM ESTAR RELACIONADAS À DISSEMINAÇÃO DE PRECONCEITOS OU AO SEU ENFRENTAMENTO?

Vamos começar a exposição com um exemplo ilustrativo da sutil dinâmica de trocas simbólicas na família. Considere uma família hipotética em que a mãe internalizou a grande importância do serviço prestado pela mulher à sua comunidade familiar. Todos nós já conhecemos pessoas assim, cuja comida é saborosa e não nos deixa sequer nos aproximarmos do fogão. Após as refeições, não aceita ajuda para a limpeza dos utensílios e promove que as demais pessoas desenvolvam atividades de entretenimento enquanto ela realiza todo trabalho doméstico. Tal pessoa, apesar do carinho e amor que pretende demonstrar com tais gestos, promove a difusão de crenças e valores de que os homens, por exemplo, não devem se envolver nas tarefas domésticas, o que pode contribuir para a difusão do machismo naquela hipotética família.

Os meninos da família, por exemplo, nunca testemunhando a participação masculina nas atividades de preparação da comida ou de limpeza, podem internalizar crenças de que, no futuro, também não devem se envolver nessas atividades. As meninas, por outro lado, podem internalizar a crença de que a cozinha e a limpeza são atividades a serem desempenhadas exclusivamente pelas mulheres, posição que será mais difícil de ser desconstruída no futuro.

Estão, a partir desse simplificado exemplo podemos ver como, não-conscientemente, em meio às **melhores intenções, crenças e valores preconceituosos podem ser promovidos**. De igual maneira, a família, que traz à conversa familiar as questões dos preconceitos, está mais atenta às suas próprias práticas em relação aos diversos temas que são alvos da construção de

crenças e valores preconceituosos tais como: sexismo, racismo, xenofobia, gordofobia, entre muitos outros.

No entanto, apenas falar sobre os preconceitos não é suficiente. Sem dúvida é um passo importante, mas devido ao elevado conteúdo emocional a eles entrelaçado, é necessário utilizar alguma **estratégia vivencial** para, igualmente, mobilizar as emoções nesse processo. Não é à toa que existe o conhecido ditado “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. Essa é uma indicação clara da sabedoria popular para que prestemos atenção às práticas sócias e individuais, se quisermos chegar às crenças e valores que as orientam, segundo Pires e Branco nos mostram (2023a, 2023b).

Imaginemos os efeitos da aceleração social e da manipulação cibernética digital em todos esses sutis processos, mas importantes no contexto das decisões que tomamos e para a forma como nos comportamos. É sobre isso que trataremos a seguir ao abordarmos como todos esses elementos se apresentam como desafios para as famílias brasileiras.

9. DESAFIOS PARA A FAMÍLIA DIANTE DA ACELERAÇÃO SOCIAL E DA MANIPULAÇÃO CIBERNÉTICA DIGITAL

Ao longo desse estudo, argumentamos que a família enfrenta uma série de desafios decorrentes da **aceleração social** e da **manipulação cibernética digital**, dois contextos que têm gerado uma **intensificação dos níveis de ansiedade**. A aceleração social refere-se à velocidade com a qual as mudanças ocorrem em nossa sociedade, abrangendo diversos aspectos, como tecnologia, informação, economia e relacionamentos interpessoais. Por sua vez, a manipulação cibernética diz respeito à influência exercida pelas tecnologias digitais e plataformas sobre nossas percepções, comportamentos e emoções.

Nesse cenário de aceleração social, as famílias se veem diante de desafios constantes para se adaptarem às transformações rápidas e muitas vezes imprevisíveis que ocorrem ao seu redor. Conforme mostramos, as mudanças tecnológicas e as transformações na forma como nos comunicamos afetam as dinâmicas familiares, provocando a necessidade de ajustes

constantes. A pressão para acompanhar as demandas do mundo digital e estar sempre conectado pode criar um sentimento de sobrecarga e afastamento dentro da família. Além disso, a rapidez com que as informações circulam pode gerar uma sobrecarga de notícias e opiniões, contribuindo como elemento ansiogênico.

A manipulação cibernética digital também desafia a família no contexto contemporâneo. Através das redes sociais e da plataformização da economia, ficamos expostos a interações com algoritmos e outras formas de influência digital (e.g. GENERALI, 2022; MORAIS; OLIVEIRA, 2022). Nesse contexto, somos expostos a uma infinidade de conteúdos, muitos deles projetados para nos manipular emocionalmente (PALETTA; COSTA DO LAGO, 2022). Essa manipulação pode afetar o equilíbrio emocional dos indivíduos e das relações familiares, levando a conflitos, inseguranças e até mesmo **dependência** excessiva das tecnologias. Além disso, e mais profundas são as sutis alterações, para pior, na dinâmica de trocas simbólicas que ocorrem na família e que são fundamentais para a internalização de crenças e valores.

A busca pela validação *online* pode criar uma constante necessidade psicológica de aprovação que, se não obtida no tempo acelerado, realimenta os estados de ansiedade e insatisfação. Além disso, a comparação com as vidas aparentemente perfeitas retratadas nas redes sociais pode levar a sentimentos de inadequação e frustração. A manipulação cibernética digital também pode levar a exposição a conteúdos prejudiciais, como *fake news*, discursos de ódio e *cyberbullying*, afetando ainda mais a saúde mental de todos os membros da família.

Diante desse cenário desafiador, é fundamental que a família desenvolva habilidades de adaptação e resiliência. A pesquisa científica recente (e.g. NEUMANN; MISSEL, 2019; THOMAZINI; GOULART, 2018; MÜLLER, 2019) nos dá sugestões para recuperarmos o espaço do diálogo familiar e o tempo para as atividades em família, o que resumimos a seguir.

É importante promover um ambiente de diálogo aberto, onde todos os membros possam expressar suas preocupações, compartilhar suas

experiências e encontrar apoio mútuo. Estabelecer limites saudáveis em relação ao uso da tecnologia e promover momentos de desconexão também se mostra necessário, permitindo que a família se concentre nas relações interpessoais e nas atividades *offline*.

Além disso, é essencial investir na educação digital, ensinando a todos os membros da família sobre os riscos e benefícios das tecnologias digitais, incentivando o **pensamento crítico** e a **responsabilidade** em acessar os conteúdos digitais. Mais importante do que proibir a interação com os sistemas cibernéticos, é aumentar a consciência sobre suas capacidades de manipulação e sobre os efeitos que isso tem no processo decisório humano. Essa estratégia pode ajudar a desenvolver uma posição mais resistente e informada diante das influências digitais, o que ajuda a desenvolver as capacidades de distanciamento e de agência.

Além disso, é fundamental fortalecer os laços familiares, promovendo atividades conjuntas que estimulem a interação face a face. Momentos de qualidade, como refeições compartilhadas, passeios ao ar livre, jogos de tabuleiro ou simplesmente conversas descontraídas, são oportunidades valiosas para fortalecer os vínculos familiares e criar um senso de pertencimento. É essencial encorajar os membros da família a valorizarem as suas próprias experiências e a entenderem que a vida real é multifacetada, com altos e baixos, e nem sempre corresponde às aparências idealizadas das redes sociais.

Conforme anteriormente visto, é esperado que os transtornos de ansiedade ou suas manifestações subclínicas aumentem na medida em que as pessoas interagem com sistemas cibernéticos digitais e o fazem mais rápido e de forma superficial (ANDRADE; CALIXTO, 2020; SINGH; SHAMA, 2018). Existe também a expectativa de que ocorra uma comparação entre a velocidade em que determinada pessoa está acostumada a visualizar e experimentar seu entretenimento e a velocidade com que a interação doméstica ocorre. Tal comparação pode gerar demandas pela própria aceleração das interações na família para a qual devemos estar preparados para oferecer soluções.

10. O PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO DE CRENÇAS E VALORES É REVERSÍVEL?

A resposta à pergunta que inspira essa seção é afirmativa. Descrevemos, detalhadamente, como as crenças e valores são internalizadas, independentemente do seu conteúdo. Descrevemos, também, como elas guiam o nosso processo decisório, o que está na base de todo o comportamento intencional.

Mostramos como as crenças e valores se distinguem dos demais elementos semióticos que servem de base para o nosso pensamento. O seu entrelaçamento com as emoções os coloca em uma posição de destaque para criar um sistema de valências quando certos valores entram em conflito no processo decisório.

Exemplificamos como a internalização se dá e que as crenças e valores não têm, necessariamente, um apoio na realidade, o que pode estar na raiz dos preconceitos mais absurdos. Mas também mostramos como esse processo pode ser revertido, pois permanece o mesmo ao longo da existência de uma pessoa.

Então, por meio da mediação verbal, de vivências emocionais e de canalizações culturais¹ prossociais, é possível alterar um cenário em que crenças e valores preconceituosos vêm orientando as decisões e o comportamento de alguém.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é uma instituição fundamental em nossas vidas, exercendo um papel crucial no desenvolvimento humano e nas trocas simbólicas de crenças, valores e no desenvolvimento de laços afetivos. É nesse ambiente

¹ Canalização cultural é uma expressão que encerra um significado complexo sobre como as práticas sociais orientam o comportamento humano de forma poderosa, sugerindo as crenças e valores sociais que servem para a sua base (VALSINER, 2012).

que aprendemos importantes aspectos sobre o que é ser parte de um grupo e como nos relacionar com seus membros.

As trocas simbólicas desempenham um papel significativo na família, permitindo a comunicação e a construção de significados compartilhados e de suas versões pessoais. Por meio de gestos, palavras, expressões, rituais e de outras práticas coletivas, os membros da família estabelecem vínculos afetivos e constroem as suas identidades individuais e coletivas.

Nesse contexto, encontramos a utilização da expressão "família desestruturada", frequentemente utilizada para descrever situações em que há dificuldades no funcionamento familiar, como a falta de comunicação, a ausência de vínculos afetivos sólidos ou a presença de conflitos constantes. Essas situações podem impactar negativamente os indivíduos envolvidos, dificultando o desenvolvimento saudável e a construção de relacionamentos estáveis. Entretanto, é necessário destacar que essa expressão não é a mais adequada para se referir a essas famílias, pois pode carregar um julgamento moral e uma visão estereotipada de que as famílias que não se enquadram no modelo tradicional são problemáticas e inferiores. Esse aspecto cresce de importância quando o enquadrarmos no contexto de outros elementos que influenciam, decisivamente, o comportamento humano.

Um desses elementos tem relação com a vida em uma sociedade em constante aceleração, que traz novos desafios para as famílias. A aceleração social, caracterizada pela intensificação do ritmo de vida e pela pressão para acompanhar as demandas modernas, pode afetar a qualidade do tempo dedicado à família; levar ao distanciamento emocional entre os membros familiares; e até mesmo estar associada ao surgimento de situações de violência, como a negligência ou a violência doméstica.

Outro aspecto relevante é a interação com sistemas cibernéticos digitais e o seu sensível impacto emocional nas famílias. A crescente presença de dispositivos eletrônicos, das redes sociais e da plataformização das economias vem alterando a forma como nos comunicamos e nos relacionamos uns com os outros. A dependência excessiva dessas tecnologias pode levar ao

isolamento emocional, diminuindo a interação face a face e prejudicando a qualidade dos vínculos familiares.

Dependendo da dinâmica de trocas simbólicas, as famílias também podem desempenhar um **não intencional, mas ambíguo papel** na disseminação de preconceitos ou no seu enfrentamento. Por um lado, a orientação sobre valores, crenças e estereótipos pode perpetuar preconceitos e discriminações. Por outro, a família pode ser um espaço de diálogo e aprendizado, promovendo a tolerância, a aceitação e o respeito à diversidade e a renúncia ao egoísmo, contribuindo assim para o enfrentamento aos preconceitos.

Diante dos desafios da aceleração social, da manipulação cibernética digital e do aumento da consciência sobre o seu papel na construção de crenças, valores e emoções, as famílias brasileiras precisam encontrar caminhos para superar esses novos obstáculos. É essencial desenvolver estratégias para equilibrar o tempo dedicado às demandas externas e às necessidades da família. Além disso, é fundamental estabelecer limites saudáveis, para todos, no uso das tecnologias, promovendo uma interação equilibrada entre o mundo digital e o convívio familiar.

Nunca é demais destacar que a família desempenha um papel central em nossas vidas, sendo um ambiente de aprendizado e desenvolvimento humano, principalmente no que diz respeito às emoções. As trocas simbólicas, a interação com a tecnologia e o enfrentamento de preconceitos são aspectos que permeiam a dinâmica familiar. Embora existam desafios como a aceleração social e a manipulação cibernética, é possível encontrar soluções para enfrentá-los. Mostramos que esses processos são reversíveis pelo fato de que o mesmo caminho que é trilhado para construir preconceitos e para apresentar comportamentos violentos pode ser percorrido para desconstruí-los.

12. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rogério; CALIXTO, Douglas. Communication, education and the social acceleration of time in Brazilian schools. **Journal of the MeCCSA Postgraduate Network**, v. 13, n. 2, p. 33-48, 2020.

BARRETT, Lisa Feldman; WESTLIN, Christiana. Navigating the science of emotion. In: **Emotion measurement**. Woodhead Publishing, 2021. p. 39-84.

BAYNE, Sian; JANDRIĆ, Petar. From anthropocentric humanism to critical posthumanism in digital education. **Knowledge Cultures**, v. 5, n. 2, p. 197, 2017.

BERARDI, F. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu, 2019.

BOAS, Franz. **Race, Language and Culture**. Nova York: Macmillan, 1940.

BRANCO, Angela U. Values, education and human development: the major role of social interactions' quality within classroom cultural contexts. In: BRANCO, Angela U.; LOPES-DE-OLIVEIRA, Maria Cláudia, S. (eds.). **Alterity, Values, and Socialization**. Cham, Springer, p. 31-50, 2018.

BRANCO, Angela Uchoa. Values and their ways of guiding the psyche. In VALSINER, J.; MARSICO, G.; CHAUDHARY, N.; SATO, T.; DAZZANI, V. (Eds.). **Psychology as the science of human being: The Yokohama Manifesto**. London: Springer, 2016. p. 225-244.

BRENNER, M. Harvey; BHUGRA, Dinesh. Acceleration of anxiety, depression, and suicide: secondary effects of economic disruption related to COVID-19. **Frontiers in Psychiatry**, v. 11, p. 592467, 2020.

BRONFENBRENNER, Urie. **Ecological systems theory**. Jessica Kingsley Publishers, 1992.

BRONFENBRENNER, Urie. Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. **Developmental psychology**, v. 22, n. 6, p. 723, 1986.

BUDDEBERG, Magdalena; HORNBERG, Sabine. Schooling in times of acceleration. **British Journal of Sociology of Education**, v. 38, n. 1, p. 49-59, 2017.

CAÍRES, Monique Cabral; SHINOHARA, Helene. Transtornos de ansiedade na criança: um olhar nas comunidades. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 6, n. 1, p. 62-84, 2010.

CARDOSO, Alexandra Sombrio *et al.* Representações sociais da família na contemporaneidade: uma revisão integrativa. **Pensando famílias**, v. 24, n. 1, p. 29-44, 2020.

DA SILVA, Ana Claudia Pinto *et al.* Efeitos da pandemia da COVID-19 e suas repercussões no desenvolvimento infantil: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e50810414320-e50810414320, 2021.

DE OLIVEIRA COSTA, Florença Ávila; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 21, n. 1, p. 141-156, 2013.

DE OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista; FERREIRA, Diego Raone; COIMBRA, Renata Maria. A relação família e escola na aprendizagem escolar: que escola, qual família?. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 6, n. 1, 2016.

EKMAN, Paul. **Atlas of Emotion**. 2018.

EKMAN, Paul. Expression and the nature of emotion. **Approaches to Emotion**, v. 3, n. 19, p. 344, 1984.

GENERALI, Sabrina. PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E PANDEMIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: DESCONEXÃO E EXCLUSÃO. SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais-ESPM-POA, v. 13, n. 2, 2022.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GONÇALVES, Josiane Peres; EGGERT, Edla. Estruturadas X desestruturadas: percepções de família entre profissionais da educação. **Revista Educação em Questão**, v. 57, n. 54, 2019.

HSU, Eric L.; ELLIOTT, Anthony. Social acceleration theory and the self. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 45, n. 4, p. 397-418, 2015.

HYLAND, Peter; LEWIS, Tyson E. **Studious Drift: movements and protocols for a postdigital education**. University of Minnesota Press, 2022.

JATOBÁ, J. V. N.; BASTOS, O. Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas. **Jornal Brasileiro Psiquiatria**, 56(3): 171-179, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/qq3wL-VwDfBpnZW9chB6wBtG/abstract/?lang=pt#>

KLIMOVA, Blanka. Impact of mobile learning on students' achievement results. **Education Sciences**, v. 9, n. 2, p. 90, 2019.

KROEBER, Alfred L. The superorganic. **American anthropologist**, v. 19, n. 2, p. 163-213, 1917.

LEMLICH, Robert. Subjective acceleration of time with aging. **Perceptual and Motor Skills**, v. 41, n. 1, p. 235-238, 1975.

LOBO, Andrea; CARDOSO, Maria Eduarda. "Em nome da família brasileira": sobre políticas de governo,(re) produção de elites e disputas narrativas. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, 2021.

LUO, Yu-Jy; KAO, Chun-Chieh; LIAO, Chun-Chin. Impact of smartphone usage on physical education scores and learning motivation. **International Journal of Learning and Teaching**, v. 5, p. 50-53, 2019.

LYNN, Spencer K. *et al.* Associations between feelings of social anxiety and emotion perception. **Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry**, v. 59, p. 40-47, 2018.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família contemporânea e proteção social: notas sobre o contexto brasileiro. In FÁVERO, E.T. **Famílias na cena contemporânea:(des) proteção social,(des)igualdades e judicialização**, p. 23-44, 2020.

MIRIM, Amir. **Familialística A Ciência Da Família**. Clube de Autores, 2019.

MORAIS, Ludymilla Moreira; DE OLIVEIRA, Juliane Gomes. Análise sobre o isolamento social pelos alfabetizados da educação de jovens e adultos no contexto da covid-19. In SILVA, A. **EJA em países lusófonos**, 2022, p. 33-36.

MÜLLER, Juliana Costa. **Crianças e tecnologias digitais: desafios da mediação familiar e escolar**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Blumenau, SC. 2019.

NEUMANN, Débora Martins Consteila; MISSEL, Rafaela Jarros. Família digital: a influência da tecnologia nas relações entre pais e filhos adolescentes. **Pensando famílias**, v. 23, n. 2, p. 75-91, 2019.

NOVIKOV, Dmitriï Aleksandrovich. **Cybernetics: from past to future**. Cham: Springer, 2015.

PALETTA, Francisco Carlos; COSTA DO LAGO, Jader Jaime. Plataformização e o uso da informação para a criação de estímulos de consumo. **E-Ciencias de la Información**, v. 12, n. 1, p. 114-133, 2022.

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Aceleração da vida e qualidade do ensino: desafios para uma educação moderna. In: Viviane Brás dos Santos; Ana Cecília dos Reis; Maria Iraídes da Silva Barreto. (Org.). **Caminhos da Educação – debates e desafios contemporâneos**: Volume 5. 1ed. São Paulo: Dialética, 2023, v. 5, p. 223-248.

PIRES, Sergio Fernandes Senna. **Protagonismo infantil e a promoção da cultura de paz: um estudo sociocultural construtivista**. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2865>.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa. Protagonismo infantojuvenil: enfrentando a invisibilidade na escola. **Revista Portuguesa de Educação**. 2023a. (no prelo)

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa. Transformação cultural nas escolas para promoção da paz. In: SENA, Denise Pereira Alves. (Org.). **Estudos atuais em Psicologia e Sociedade**. São Paulo: Dialética, v.6, 2023b, p. 205-225.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela. Protagonismo infantil no contexto escolar: cultura, self e autonomia na construção da paz. In: BRANCO, A.U.; LOPES-DE-OLIVEIRA, M.C.S. (Orgs.).

Diversidade e cultura da paz na escola. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 347-370.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela. Cultura, self e autonomia: bases para o protagonismo infantil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.24, p. 415-421, 2008.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela. Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 17, p. 311-320, 2007.

RASMUSSEN, Maria A. *et al.* Is Time on Smartphones Well Spent? **Interacting with Computers**, 2022.

ROSA, Hartmut. **Social acceleration.** Columbia University Press, 2013.

ROSS, Morgan Q.; BAYER, Joseph B. Explicating self-phones: Dimensions and correlates of smartphone self-extension. **Mobile Media & Communication**, v. 9, n. 3, p. 488-512, 2021.

SANTANA, Mariana Valadares de Macedo; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Avaliação de ansiedade infanto-juvenil e sua relação com o clima familiar e escolar. **Revista Subjetividades**, v. 14, n. 1, p. 141-151, 2014.

SANTOS, Jacqueline Oliveira dos. **A percepção dos professores frente à ansiedade infantil: uma visão psicopedagógica.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Psicopedagogia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2017.

SANTOS, Mariane Comelli dos; BOING, Elisangela. Modelo bioecológico do desenvolvimento humano na intervenção psicossocial com adolescentes em conflito com a lei. **Nova Perspect. Sistêmica**, São Paulo, v.27, n.61, p.93-109, 2018.

SARAIVA-JUNGES, Lisiane Alvim; WAGNER, Adriana. Os estudos sobre a relação família-escola no Brasil: uma revisão sistemática. **Educação**, v. 39, n. Esp, p. s114-s124, 2016.

SILVA, Renata Fernandes. **A relação família-escola.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR. 2022.

SINGH, Manvin K.K.; SAMAH, Narina A. Impact of smartphone: A review on positive and negative effects on students. **Asian Social Science**, v. 14, n. 11, p. 83-89, 2018.

SUGARMAN, Jeff; THRIFT, Erin. Neoliberalism and the Psychology of Time. **Journal of Humanistic Psychology**, v. 60, n. 6, p. 807-828, 2020.

THOMAZINI, Magnus; GOULART, Elias. Relações familiares: a influência do virtual. **Interacções**, v. 14, n. 47, 2018.

VAHEDI, Zahra; SAIPHOO, Alyssa. The association between smartphone use, stress, and anxiety: A meta-analytic review. **Stress and Health**, v. 34, n. 3, p. 347-358, 2018.

VALSINER, J. **Fundamentos da psicologia cultural: Mundos da mente, mundos da vida**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VALSINER, Jaan. **An invitation to cultural psychology**. London: Sage, 2014.

VALSINER, Jaan. The promoter sign: Developmental transformation within the structure of dialogical self. In: MARSICO, G. **Beyond the mind: Cultural dynamics of the Psyche**. Information Age Publishing, 2018. p. 123-146.

VALSINER, Jaan. **General Human Psychology**. Cham: Springer, 2021.

VALSINER, Jaan; VAN DER VEER, René. **The social mind: Construction of the idea**. Cambridge University Press, 2000.

VIGOTSKI, Lev. Semionovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VISINTIN, Carlos Del Negro; AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José. Motherhood and social suffering in Brazilian mommy blogs. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 19, n. 2, 2017.

WIECZORKIEWICZ, Alessandra Krauss; BAADE, Joel Haroldo. Família e escola como instituições sociais fundamentais no processo de socialização e preparação para a vivência em sociedade. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 20, p. 1-6, 2020.

XU, Shuangshuang; WU, Aruna; LI, Xiaowen. Jaan Valsiner, a Keen Perceiver and Creator of Cultural Ecology. In: WAGONER B.; CHRISTENSEN B.A.; DEMUTH C. (Eds.). **Culture as Process: A Tribute to Jaan Valsiner**, p. 327-335, 2021.